

**ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO  
GOVERNAMENTAL - EPPGG**

**PROVA DO MÓDULO 3 – Administração Pública**

Prof. Kleverton Carvalho

Prof. Pedro Durão

**NOME:** \_\_\_\_\_

**NÚMERO DE INSCRIÇÃO:** \_\_\_\_\_

**DATA: 01/11/2018**

**INSTRUÇÕES:**

- 1- Para fins de pontuação oficial, as respostas devem ser marcadas na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 2- A folha de respostas deve ser respondida preferencialmente com caneta esferográfica de tinta preta. Não serão aceitas, para fins de pontuação oficial, respostas dadas a lápis ou rascunhos.
- 3- Não serão aceitas respostas colocadas fora dos locais estipulados para tal.
- 4- Não serão aceitas rasuras de qualquer tipo, incluindo corretivo, para fins de pontuação oficial.

**QUESTÕES**

1. A administração pública tem como objeto de estudo

- A) o uso dos métodos de gestão privada (de maneira similar ao que ocorre com a administração de empresas) nas organizações públicas;
- B) tão-somente as leis relacionadas às organizações públicas;
- C) o aparelho do Estado, estando muito próxima da ciência política (que tem como objeto o Estado como um todo) e do direito (cujo objeto é a lei);
- D) as relações políticas no âmbito das organizações públicas;
- E) exclusivamente as relações internacionais entre governos.

2. Sobre o período correspondente às origens do patrimonialismo, é correto dizer que

- A) o domínio de Luís XIV representou um grande papel para a formação do estado moderno. A burocracia patrimonial, cuja renda era oriunda dos impostos coletados pelo estado central, acumulou poder e privilégios. Reproduzindo o que já havia ocorrido na Itália, parte da aristocracia francesa, que vivia de rendimentos e de outras rendas oriundas da propriedade da terra, assumiu cargos na administração real, tornando-se, também, dependente das receitas do Estado;
- B) a monarquia, que se confundia com o estado, era um importante patrimônio econômico e político, recebendo receitas de impostos e da participação em empresas monopolistas. Ela usava esses recursos fiscais para manter uma aristocracia patrimonial dependente;

- C) o domínio de Luís XIV representou um grande papel para a formação do estado moderno. A burocracia patrimonial, cuja renda era oriunda dos impostos coletados pelo estado central, acumulou poder e privilégios. Reproduzindo o que já havia ocorrido em Portugal, parte da burguesia francesa, que vivia de rendimentos e de outras rendas oriundas da propriedade da terra, assumiu cargos na administração real, tornando-se, também, dependente das receitas do Estado;
- D) o estado absoluto e a burocracia patrimonial na Inglaterra atingiram seu ápice no século XIX. Acompanhando o modelo francês, mas melhorando-o e tornando-o mais flexível, a administração britânica se expandiu e se modernizou, embora conservando seu caráter patrimonial;
- E) após a Revolução Gloriosa em Portugal – quase uma revolução burguesa – o declínio do estado absoluto começou, abrindo espaço para uma transição para outros formatos na administração pública.

3. Sobre a construção do Estado nacional brasileiro, pode-se dizer que

- A) a transferência da família real para o Brasil se deu de maneira confusa, trazendo todos os documentos que foram possíveis de carregar, além de tesouros e objetos e materiais, como livros, papéis, artefatos, instrumentos e símbolos necessários à administração;
- B) a transferência da corte e a elevação do Brasil a parte integrante do Reino Unido de Portugal constituíram as bases do Estado nacional, com todo o aparato necessário à afirmação da soberania e ao funcionamento do autogoverno;
- C) os últimos anos do Império se caracterizaram pela polarização entre proprietários de terra (escravagistas) e comerciantes (abolicionistas), o que funcionou como um fator de decadência em favor do movimento republicano;
- D) o movimento republicano se dividiu em dois – de um lado, os federalistas, formados pelas lideranças de São Paulo e Minas Gerais; Do outro os liberalistas, liderados por políticos do Rio Grande do Sul;
- E) As alternativas A e B estão corretas.

4. A visão weberiana dos chamados “tipos ideais” pode ser definida de diferentes maneiras, com exceção da que

- A) a considera como uma ficção para representar a realidade, através de conceitos considerados “puros”;
- B) implica na visão de que a ciência não é uma cópia da realidade, de que nosso conhecimento da realidade é limitado e imperfeito;
- C) propõe um tipo ideal de uma conduta ou instituição considerando seu fim e sentidos respectivos desse fim;
- D) resulta de um longo processo, construído com análises matemáticas e estatísticas do comportamento social, no qual Weber investigou pessoas e organizações no conturbado séc. XIX alemão;
- E) é fruto da compreensão de Weber, que formou um juízo de valor a partir da observação da realidade, o que fundamentou toda uma base de enunciados teóricos.

5. Sobre a burocracia é possível dizer que

- A) para Weber, representa uma ameaça às instituições democráticas;
- B) para Selznick, há um expressivo papel das decisões decorrentes da delegação de autoridade, dando pouca ênfase ao poder e à lógica do comportamento burocrático;
- C) para Gouldner, a despersonalização inerente à burocracia diminui a visibilidade das relações de poder;
- D) na visão de Merton, pressupõe a exigência do controle para seu funcionamento satisfatório;
- E) todas as afirmativas estão corretas.

6. Como primeira previsão legal de reforma no aparelho administrativo público do Brasil, a Constituição de 1937 determinou a criação de um órgão departamental com atribuições, depois complementadas pelo Decreto-Lei nº 579/1938, instituindo o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). O órgão detinha algumas atribuições, exceto
- A) o estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;
  - B) selecionar os candidatos aos cargos públicos federais, excetuados os das secretarias da Câmara dos Deputados e do Conselho Federal (órgão este que não chegou a ser organizado) e os do magistério e da magistratura;
  - C) avaliar o processo de implementação de um programa de qualidade total;
  - D) promover a readaptação e aperfeiçoamento dos funcionários civis da União;
  - E) estudar e fixar os padrões e especificações do material para uso nos serviços públicos.
7. O Decreto-Lei no. 200/1967 configurou-se como um esforço do governo federal, com o fim de
- A) aumentar a centralização do governo militar, ampliando o controle nos estados da federação;
  - B) prescrever que a administração deveria se guiar pelos princípios do planejamento, da coordenação, da descentralização, da delegação de competência e do controle;
  - C) revogar o plano de classificação de cargos já existente;
  - D) ampliar o número de servidores públicos não concursados;
  - E) normatizar e controlar a relação com servidores públicos estaduais.
8. Sobre o desenvolvimento do modelo gerencial na administração pública é correto dizer que
- A) surgiu inicialmente e com mais vigor em alguns países de origem anglo-saxã (Grã-Bretanha, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia), e depois, gradualmente, na Europa continental e China;
  - B) surgiu inicialmente e com mais vigor em alguns países de origem anglo-saxã (Grã-Bretanha, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia) e posteriormente se expandiu para países árabes, como o Irã;
  - C) desenvolveu-se em países com governos de cunho neoliberal e ficou circunscrito aos países da América do Norte;
  - D) teve como impulso central a ideia de que o modelo burocrático weberiano não respondia mais às demandas da sociedade contemporânea;
  - E) propõe um modelo único, de pouca flexibilidade e capacidade de se transformar ante diferentes contextos.
9. A crise do Estado de bem-estar social, que vem cedendo espaço para o Estado gerencial, foi resultado de um contexto que se caracterizou por alguns fatores, exceto
- A) a crise econômica mundial, iniciada em 1973, na primeira crise do petróleo, e retomada ainda com mais força em 1979, na segunda crise do petróleo;
  - B) o grande período recessivo nos anos 80, a partir do qual nunca mais se retomou os níveis de crescimento atingidos nas décadas de 50 e 60. O Estado foi o principal afetado, entrando numa grave crise fiscal;

- C) o fato de que após ter crescido por décadas, a maioria dos governos não tinha mais como financiar seus déficits. E os problemas fiscais tendiam a se agravar na medida em que se iniciava, sobretudo nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, uma revolta dos *taxpayers* (contribuintes) contra a cobrança de mais tributos, principalmente porque não enxergavam uma relação direta entre o acréscimo de recursos governamentais e a melhoria dos serviços públicos.
- D) a globalização e todas as transformações tecnológicas que transformaram a lógica do setor produtivo, que também afetaram — e profundamente — o Estado.
- E) redução da preocupação de organizações internacionais com as questões sociais, o que tem sido um fator de influência para os governos reduzirem os investimentos no bem-estar social.
10. Na primeira vez que se tentou uma reforma administrativa com cunho gerencial no Brasil, a partir do Decreto-Lei 200 em 1967, a tensão dentro do modelo foi exacerbada. Dentre os fatores que desencadearam mencionada tensão, destacam-se
- A) o arranjo institucional montado pelo Decreto-Lei 200, que não deu conta do caráter híbrido de nosso modelo administrativo, aumentando parcela de seus problemas. Um deles foi o conflito entre a Administração Direta e Indireta.
- B) a pressão política de grupos civis para que a reforma não concretizasse seus objetivos, o que gerou conflitos e pouca adesão ao que previa o decreto;
- C) a ausência de regras institucionais claras para regulamentar os vínculos entre o Poder Executivo do governo e a administração do setor paraestatal e das empresas controladas pelo Estado, que introduziu uma espécie de tensão permanente nesse relacionamento;
- D) as alternativas A e C estão corretas;
- E) a alternativa A está correta.
11. Como fundamentos adotados pelo modelo gerencial podemos destacar os que seguem, exceto que
- A) prevê modelos de avaliação de desempenho, novas formas de controlar o orçamento e serviços públicos direcionados às preferências dos “consumidores”;
- B) capta as principais tendências presentes na opinião pública, entre as quais se destacam o controle dos gastos públicos e a demanda pela melhor qualidade dos serviços públicos;
- C) é sinônimo inquestionável de eficiência, uma vez que onde tem sido implantado tem determinado a superação de todas as disfunções burocráticas e do patrimonialismo, gerando de maneira irrefutável uma alteração cultural na forma de gerenciar o aparelho público;
- D) representa uma tendência, mais que um modelo fechado e determinístico, de modo que não existe um paradigma global capaz de responder, tal qual uma “receita de bolo”, a todos os problemas enfrentados pela crise do modelo burocrático weberiano;
- E) nos EUA ganhou impulso com a obra de David Osborne e Ted Gaebler intitulada *Reinventando o Governo*, que se tornou uma das peças-chave do programa de governo do presidente Bill Clinton.
12. Como ideias-chave que vêm justificando a troca do modelo burocrático para o gerencial, tem-se
- A) a crise do Estado, que afetou diretamente a organização das burocracias públicas. Por um lado, os governos tinham menos recursos e mais déficits. Com efeito, o corte de custos virou prioridade;
- B) uma alteração cultural no judiciário dos Estados, que em decisões reiteradas foi exercendo pressão para uma mudança do formato burocrático ao gerencial nas organizações públicas;
- C) a redução dos gastos com pessoal, que tem sido vista como uma saída necessária para aumentar a eficiência governamental, implicando, para boa parte dos reformadores, em uma modificação profunda do modelo weberiano, classificado como lento e excessivamente apegado às normas;

- D) a globalização tem gerado um Estado nacional com menos poder. Para enfrentar esta situação, o aparato governamental precisa ser mais ágil e mais flexível, tanto em sua dinâmica interna como em sua capacidade de adaptação às mudanças externas;
- E) as alternativas A, C e D estão corretas.
13. Sobre os modelos gerenciais adotados pelos países, é correto dizer que as seguintes afirmativas estão corretas, exceto que
- A) o *managerialism*, ou gerencialismo puro, é mais direcionado à redução de custos e ao aumento da eficiência e produtividade da organização pública, mas dentro de um contexto de centralização organizacional;
  - B) o gerencialismo puro também prevê: definição clara das responsabilidades de cada funcionário dentro das agências governamentais; clara definição dos objetivos organizacionais, analisados em sua substância e não enquanto processo administrativo; aumento da consciência a respeito do “valor dos recursos” (*value money*) públicos, procurando maximizar a relação financeira entre os recursos iniciais e os gastos realizados para a produção de políticas;
  - C) o consumerismo é outra tendência da reforma gerencial, baseada no princípio de que os serviços públicos devem estar mais direcionados às necessidades definidas pelo público diretamente afetado;
  - D) para tentar introduzir os conceitos de *accountability* e equidade na prestação de serviços públicos, alguns autores criaram outro conceito/modelo o *Public Service Orientation*, centrado em fatores como *accountability*, transparência, participação política, equidade e justiça, incluídos de maneira insuficiente, na visão de seus criadores, no contexto dos modelos anteriores;
  - E) o modelo do *Public Service Orientation* foi pensado dentro dos parâmetros do poder local - os cidadãos locais tendem a controlar melhor a qualidade dos serviços públicos.
14. Algumas tendências que embasam a alteração do antigo padrão burocrático weberiano para o modelo gerencial merecem destaque, exceto:
- A) incentivo à adoção de parcerias com o setor privado e com as organizações não governamentais (ONGs);
  - B) ampla introdução de mecanismos de avaliação de desempenho individual e de resultados organizacionais, atrelados uns aos outros, e baseados em indicadores de qualidade e produtividade;
  - C) maior autonomia às agências governamentais e, dentro delas, aos vários setores, horizontalizando a estrutura hierárquica;
  - D) centralização formal, para uma maior qualidade da prestação do serviço e, de fundamental importância, para um maior grau de *accountability*;
  - E) estabelecimento do conceito de planejamento estratégico, adequado às mudanças no mundo contemporâneo e capaz de pensar, também, as políticas de médio e longo prazo.
15. Sobre as principais dificuldades enfrentadas para implantação do modelo gerencial no Brasil, pode-se mencionar a
- A) observação estrita ao modelo gerencial inglês, percebido por alguns como um paradigma global de mudança, mas que deveria ter sido melhor adaptado para a realidade brasileira, com base no pluralismo organizacional no setor público no país;
  - B) rejeição às chamadas organizações sociais, em especial pelos reitores de universidades brasileiras, que consideraram o modelo uma espécie de “privatização”;

- C) desconsideração dos cargos em comissão no país, base do *spoil system* (concessão de cargos a apoiadores políticos), e responsável pelo enfraquecimento da burocracia meritocrática do alto escalão;
- D) a cultura do patrimonialismo, ainda expressiva no país;
- E) todas as alternativas estão corretas.

16. A reforma da gestão pública proposta por Bresser-Pereira em 1995, pressupõe que

- A) as atividades inerentes ao poder do Estado deveriam ser desenvolvidas pelo próprio Estado;
- B) as atividades sociais, culturais e científicas que envolvem externalidades, excetuando as que lidam com direitos humanos básicos, deveriam ser financiadas pelo Estado e executadas por organizações públicas não-estatais de serviço;
- C) as atividades mais relacionadas aos direitos humanos básicos deveriam ser terceirizadas a empresas privadas;
- D) as organizações sociais deveriam trabalhar com servidores públicos cedidos;
- E) as organizações da sociedade civil pouco participariam.

17. Segundo Bresser-Pereira, a reforma da gestão pública não deve ser confundida com:

- A) reforma regulatória, que se refere a uma onda neoliberal de redução do tamanho do Estado;
- B) “bom governo”, pois melhora a eficiência, mas não a qualidade das decisões estratégicas formuladas;
- C) apenas com democracia ou administração democrática, apesar de se tornar viável apenas em democracias modernas e consolidadas. A reforma propõe que administradores públicos assumam a responsabilização como pressuposto básico, não se valendo da preocupação única e exclusiva com a manutenção do poder democrático, mas a busca pela eficiência do que é oferecido.
- D) as alternativas A, B e C estão corretas;
- E) a alternativa B está errada.

18. Considerando o modelo básico proposto pela reforma de 1995, é possível dizer que

- A) como forma de propriedade prevista no modelo, tem-se os formatos estatal, público não-estatal e privado. Neste contexto: o núcleo estratégico e as agências são considerados estatais; os serviços não-exclusivos são classificados como públicos não-estatais; a produção para o mercado fica a cargo da propriedade privada;
- B) o formato burocrático de administração se alia ao gerencial no âmbito do núcleo estratégico. Por outro lado, as agências, os serviços não exclusivos e a produção para o mercado devem ser desenvolvidos dentro de um modelo exclusivamente gerencial;
- C) em nível federal, o núcleo estratégico é representado pelo congresso, tribunais superiores, presidência e cúpula dos ministérios;
- D) as organizações sociais representam os serviços não-exclusivos, formados por escolas, hospitais, centros de pesquisa e museus;
- E) todas as alternativas estão corretas.

19. A visão organizacional pautada na metáfora do organismo traz como ideias-chave:

- A) as organizações devem ser vistas como estruturas que possuem necessidades próprias e que devem desenvolver padrões de relacionamento que permitam que estas se adaptem ao ambiente;
- B) tem como base teórica principal a organização burocrática, pautada nas ideias de Max Weber;
- C) as organizações públicas que se estruturam em rede seriam um exemplo claro de organicidade e adaptação aos diferentes cenários, no contexto da organicidade;

- D) as organicidade tanto considera o ambiente externo como as relações internas, entre organização e colaboradores;
- E) as alternativas A, C e D estão corretas.

20. Sobre o *design thinking* é possível dizer, exceto:

- A) se divide nas etapas empatia, definição, idealização, prototipagem e tese;
- B) não se aplica às organizações públicas;
- C) é uma metodologia colaborativa, envolvendo todos os níveis da organização;
- D) está alinhado a uma visão orgânica, a partir de diferentes possibilidades de parcerias;
- E) busca a inovação organizacional.

21. Com base nas novas disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, segundo a Lei 13.655/18, é correto afirmar:

- A) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- B) A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.
- C) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa poderá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.
- D) Na interpretação de normas sobre gestão pública, não serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- E) Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, não serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

22. Em matéria de Parceria Pública, segundo a Lei 9.637/98, é incorreto afirmar:

- A) Contrato de gestão é o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.
- B) A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada.
- C) As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.
- D) Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.
- E) É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, sem ônus para a origem.

23. Em matéria de Parceria Pública, segundo a Lei 11.079/04, é incorreto afirmar:

- A) Parceria público-privada (PPP) é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.
- B) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

- C) As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto no art. 23 da Lei 8.987/95, no que couber, devendo também prever o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 30 (trinta) anos, incluindo eventual prorrogação;
- D) A contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.
- E) O contrato de parceria público-privada poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

24. Sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, segundo a Lei 8.987/95, é correto afirmar:

- A) A encampação no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
- B) Considera-se reversão a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.
- C) Concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade pregão, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;
- D) Permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- E) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a reaverão da concessão.

25. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, segundo a Lei 13.019/14 e Lei 13.204/15, é incorreto afirmar:

- A) Gestor é agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.
- B) Termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- C) Acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- D) O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- E) O gestor emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada.

26. Sobre as transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, segundo o Decreto 6.170/07, é correto afirmar:
- A) Contrato de repasse é o acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;
  - B) Convênio é o instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União.
  - C) É vedada a celebração de convênios e contratos de repasse com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cujos valores sejam inferiores aos definidos no ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Transparência e Controladoria Geral da União.
  - D) As entidades privadas sem fins lucrativos que pretendam celebrar convênio ou contrato de repasse com órgãos ou entidades da administração pública federal poderão realizar cadastro no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.
  - E) A celebração de convênio ou contrato de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos será precedida de licitação a ser realizado pelo órgão ou entidade concedente, visando à seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste.
27. Sobre as transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, segundo a Portaria Interministerial 424/16, é correto afirmar:
- A) Projeto básico é a peça processual integrante dos instrumentos, que evidencia o detalhamento do objeto, da justificativa, dos cronogramas físico e financeiro, do plano de aplicação das despesas, bem como das informações da conta corrente específica, dos partícipes e dos seus representantes.
  - B) Plano de trabalho é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços, elaborados com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra ou serviço de engenharia e a definição dos métodos e do prazo de execução;
  - C) O concedente ou a mandatária poderão realizar no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial dos instrumentos, quando couber, ficando responsável pela veracidade das informações registradas.
  - D) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, o concedente ou mandatária, dela dará ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificará os Ministérios Públicos Federal e Estadual e a Advocacia-Geral da União.
  - E) O instrumento poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

**28.** Acerca dos convênios e consórcios públicos, segundo a atual Constituição federal:

- I. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- II. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, delegando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.
- III. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;
- IV. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- V. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei.

Quanto às afirmativas supra:

- A) São corretas apenas as afirmativas I e III.
- B) São corretas apenas as afirmativas II e IV.
- C) Todas as afirmativas são corretas.
- D) São incorretas as afirmativas IV e V.
- E) Incorreta é apenas a afirmativa II.

**29.** Versa a questão sobre possibilidade de assinatura de termo de protocolo de intenções pelo Estado de Sergipe, cujo teor consta dos autos. No caso vertente, servirá presente protocolo de intenções para ser convertido em Consórcio Público de Transporte Coletivo de Passageiros da Região Metropolitana de Aracaju. Participam o Estado de Sergipe e os Municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e São Cristovão. Assim, Com base no caso hipotético apresentado, responda aos itens a seguir, segundo a lei 11.107/05:

- I. O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
- II. Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público deverá firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo.
- III. Os consórcios públicos poderão outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos mediante licitação que deverá indicar de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor.
- IV. O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.
- V. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

Quanto às afirmativas supra:

- A) São corretas apenas as afirmativas I e V.
- B) Nenhuma das afirmativas está correta.
- C) São incorretas as afirmativas II e III.
- D) Correta é apenas a afirmativa II.
- E) Todas as afirmativas são corretas.

30. Diante de Tomada de Contas Especial com vistas a apurar a firmação de dois Termos de Parceria com mesma numeração, sendo um deles entre SES e o então Hospital Governador João Alves Filho - HGJAF. Flutua no ar indesejável espectro da fraudulência em que apontaram que HGJAF em sendo uma simples unidade administrativa não poderia firmar tal pacto, em razão dessa prática estar restrita ao Poder Público, como previsto na Lei nº 9.790/99. Cuidando-se, agora, unicamente do Termo de Parceria nº 02 firmado entre Secretaria de Estado da Saúde – SES e Organização da Promoção Social da Saúde de Sergipe – SASE. Percebe-se acentuadas irregularidades relatadas pela Auditoria Especial, tais como: Falta de apresentação dos resultados comprobatórios da aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Saúde transferidos para SASE; não foi mencionado nesse Relatório conclusivo quantidade de pessoas assistidas pelo SUS, de modo que seja possível determinar quantidade exata de pacientes atendidos pelos profissionais contratados, estes beneficiados pelos recursos repassados pelo objeto do Termo de Parceria. Com base no caso hipotético apresentado, responda aos itens a seguir, segundo a lei 9.790/99:

- I. Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público.
- II. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.
- III. É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.
- IV. Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 2 (dois) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por Lei.
- V. São passíveis de qualificação, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas, as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais.

Quanto às afirmativas supra:

- A) São corretas apenas as afirmativas I e III.
- B) Nenhuma das afirmativas está correta.
- C) Todas as afirmativas são corretas.
- D) São incorretas as afirmativas IV e V.
- E) Correta é apenas a afirmativa II.